

BOLETIM SINTECT-MS

Site: www.sintectms.org.br - E-mail: sintectms@sintectms.org.br Edição Julho 2014
Sindicato dos Trabalhadores nos Correios, Telégrafos e Similares de MS



Remanejamento na direção do Sintect-MS



A diretoria passou por uma recomposição, devido o falecimento do companheiro Alexandre Takachi de Sá no último dia 10 de Junho.

Elaine Regina que atuava na Secretaria de Administração e Finanças assumiu a Secretaria Geral da entidade e Mário Gauto Rios que atuava como Secretário de Política Sindical assumiu a Secretaria de Administração e Finanças. O remanejamento foi aprovado em reunião com a diretoria colegiada ampliada, conforme determina o estatuto da entidade.

A direção conta com o apoio de todos recebendo sugestões para dar um melhor andamento nas demandas em benefício dos companheiros.

Elaine Regina de Souza
Atendente Comercial ingressou na empresa em 2002.

No movimento Sindical:
SINTECT-MS - Gestões 2006/2009 e 2009/2012 – Secretaria da Mulher;
SINTECT-MS - Gestão 2012/2015 – Secretaria de Administração e Finanças;

Assumiu a Secretaria da Juventude da CUT-MS em 07/06/2014.

Negociação sobre PLR 2013 e 2014 será mediada pelo TST

As negociações em torno dos valores e dos critérios para o pagamento da Participação dos Lucros e Resultados (PLR) 2013 e 2014 será mediada pelo Tribunal Superior de Trabalho (TST). O valor de R\$ 272,00 havia sido rejeitado pela maioria dos sindicatos, pois ficou bem aquém do esperado por todos os trabalhadores, além disso, a empresa tenta amarrar o pagamento de forma linear a critérios para cinco anos, e

com metas de produtividade com condições impossíveis de serem cumpridas. As atuais regras prejudicam as DRs de menor porte, como Mato Grosso do Sul, podendo cair em até 40% para aquelas que não atingirem os índices de produtividade exigido pela ECT.

Até o momento a FENTECT ainda não foi intimada pelo TST para participar das reuniões de negociação.

Atividades de trabalhador em motocicleta dão direito ao adicional de periculosidade.

Foi publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de junho de 2014, a Lei 12.997, de 18.6.2014, que acrescentou o § 4º ao artigo 193 da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho para considerar perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta:

§ 4. São também consideradas perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta” (NR)

Antes da promulgação da referida lei, o adicional de periculosidade era devido apenas aos que trabalham em atividades ou operações que impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente a inflamáveis, explosivos ou energia elétrica (inciso I, do art. 193 da CLT), bem como a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial (inciso II, do art. 193 da CLT).

A partir da nova lei, os empregados que utilizam motocicleta no exercício de suas atividades

profissionais passam a ter direito a um adicional de 30% sobre o salário básico, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

Contudo, pode haver discussão sobre a partir de quando é devido o pagamento do adicional de periculosidade, se a partir da promulgação da lei ou somente a partir de sua regulamentação, porque o caput do art. 193 da CLT dispõe que são consideradas atividades e operações perigosas “na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego”.

O SINTECT-MS oficializou a empresa através de ofício, cobrando o pagamento do adicional aos motociclistas da DR-MS, até o presente momento não obtivemos resposta.

Manoel Santana avalia desempenho do Postalis

Empossado na direção do Conselho Deliberativo do Postalis, no dia 05 de dezembro, respaldado por 4.109 votos obtidos da categoria na eleição de 05 de fevereiro de 2012, o companheiro Manoel Santana, representante dos trabalhadores na instância, avalia que encontrou as contas numa situação não favorável, com relação à performance de suas aplicações no Plano BD saldado.

O fundo dos trabalhadores da ECT não estava conseguindo obter o lucro determinado pela Legislação em vigor.

Manoel Santana esclareceu que várias aplicações deste plano não estavam atingindo a meta atuarial, fato que poderia comprometer a complementação de aposentadoria de milhares de futuros beneficiários.

Representantes dos trabalhadores trabalham de forma conjunta

Para fortalecer a representação e os interesses dos trabalhadores no Postalis, buscando o desempenho lucrativo do Fundo, Manoel Santana atua em parceria com o também conselheiro, José Rivaldo eleito no mesmo processo eleitoral e empossado na mesma data. A primeira decisão conjunta direcionou as aplicações que estavam com prejuízo para a carteira própria da Postalis em títulos públicos. Este fundo também não vem atingindo as metas definidas, mas possuem menor risco para os investidores.

Os representantes Manoel Santana e José Rivaldo mencionam que até o momento não deliberaram ou tomaram decisões sobre altos investimentos. Esclarecem que algumas pessoas tentam jogar os eventuais prejuízos das aplicações à atual gestão, mas que o desempenho negativo foi herdado das gestões anteriores, frutos de erros, inexperiência e desconhecimento de alguns ex-diretores sobre as tendências e riscos no mercado e comportamento da economia, em processo de crise mundial.

Mudanças no Estatuto

Os representantes dos trabalhadores também tomaram conhecimento sobre as alterações no estatuto do Postalis, paralisadas por um bom tempo. Nas discussões em torno deste ponto, os dirigentes têm defendido o direito dos filiados elegerem os membros da direção por votação secreta. A questão foi pauta de reunião entre Manoel e Rivaldo com o presidente do Fundo e a resposta foi positiva.

O novo estatuto já está pronto e aprovado pela maioria do Conselho Deliberativo. A tarefa agora de Manoel Santana e Rivaldo e demais conselheiros é fazerem com que os órgãos do Governo Federal aprove as mudanças o mais rápido, garantindo a democratização e escrutínio secreto na eleição.

ADCAP tenta fazer oposição aos representantes eleitos pelos trabalhadores

O conselheiro Manoel Santana é operador de triagem. Recebeu amplo apoio dos trabalhadores da área operacional, considerado o chão de fábrica dos Correios. O resultado não agradou alguns gestores e ex-gestores da ECT. Em razão disso, fazem uma oposição ferrenha aos representantes eleitos democraticamente, acirrada com a aproximação da nova eleição para o Conselho Fiscal e Deliberativo do Postalis.

A postura dos dirigentes da ADCAP mostra o inconformismo com eleição de Manoel Santana e do carteiro, José Rivaldo. Por isso, os opositores tentam, de todas as formas, desqualificar o trabalho sério e transparente desenvolvido por nossos representantes, fomentando falsas acusações e ataques pessoais pelo facebook, correio eletrônico, blogs e matérias jornalísticas encomendas, veiculadas na grande imprensa. Nas mensagens descarregam toda forma de preconceito e jogo rasteiro contra os conselheiros eleitos, simplesmente por fazerem parte do chão de fábrica e serem representantes sindicais.

A ira e a tentativa de manipulação dos opositores é tanta que chegaram a coletar abaixo assinado pedindo a

renúncia de José Rivaldo e Manoel Santana, para que os suplentes assumam seus lugares, um golpe a democracia garantida estatutariamente. Sem sucesso, chegaram a recorrer judicialmente procurando cassar os dois representantes, por mexerem com interesses e privilégios de alguns gestores.

Vale lembrar que há mais de 30 anos, desde 1977, os administradores "competentes" da ECT e ADCAP levaram o Postalis a ter saldo negativo (déficit) de 176%, escondendo o fracasso da categoria, jogando a sujeira para debaixo do tapete e deixando conta para os trabalhadores da ECT pagarem e com risco de terem sua complementação da aposentadoria zerada.

Os autores da fábrica de boatos contra a representação dos trabalhadores são os mesmos que tentam voltar ao comando do Postalis, Ex-gestores derrotados democraticamente nas urnas e que receberam cartão vermelho da categoria. Como sempre, estão preocupados mais com seus interesses pessoais e não com investimentos corretos, lucrativos e uma gestão eficiente do Plano para chegar a bons resultados. Fiquem atentos!